

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 21:

Assinale a alternativa **INCORRETA** no que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- a) É livre a expressão da atividade intelectual, independentemente de censura ou licença.
- b) O acesso à informação é assegurado a todos.
- c) É permitido manter o anonimato na manifestação do pensamento.
- d) Ninguém poderá ser obrigado a associar-se ou a permanecer associado.

QUESTÃO 22:

A respeito da inviolabilidade de domicílio, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Ninguém pode penetrar em casa alheia sem consentimento do morador, salvo nas hipóteses previstas na Constituição Federal.
- b) Nem por determinação judicial pode alguém penetrar em casa alheia sem consentimento do morador.
- c) Pode haver violação de domicílio em caso de flagrante delito ou desastre.
- d) Pode haver violação de domicílio para prestação de socorro.

QUESTÃO 23:

Considerados os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é **INCORRETO** afirmar que é proibido:

- a) trabalho noturno, a menores de dezoito anos.
- b) trabalho perigoso, a menores de dezoito anos.
- c) trabalho insalubre, a menores de dezoito anos.
- d) qualquer trabalho, a menores de dezoito anos.

QUESTÃO 24:

Com base nas normas da Constituição Federal aplicáveis à Educação, é **INCORRETO** afirmar que as universidades:

- a) têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- b) estão impedidas de admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- c) estão sujeitas à observância do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- d) devem ministrar o ensino com base em princípios constitucionais, um dos quais é o da garantia de padrão de qualidade.

QUESTÃO 25:

São normas da Constituição Federal relativas ao ensino, **EXCETO**:

- a) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino superior.
- b) O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- c) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- d) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

QUESTÃO 26:

Nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, será levado em conta, prioritariamente, na instalação das unidades da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, o seguinte:

- a) inexistência de instituições privadas, na região.
- b) condições para reciclagem periódica dos profissionais de ensino.
- c) regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior, observada a vocação regional.
- d) dados resultantes do recenseamento dos educandos do ensino médio, na região.

QUESTÃO 27:

Com base no disposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado a respeito da UEMG, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) a UEMG foi criada sob a forma de autarquia, tendo sua reitoria na Capital e suas unidades localizadas nas diversas regiões do Estado.
- b) foi previsto o prazo de setecentos e vinte dias contados da promulgação da Constituição do Estado, para que este instalasse a UEMG.
- c) foram mantidas as instituições de ensino superior integrantes da Administração Pública Estadual existentes na data da promulgação da Constituição do Estado.
- d) foi previsto o prazo de quatro anos contados da promulgação da Constituição do Estado para as entidades de ensino superior criadas ou autorizadas por lei, e ainda não instaladas, serem absorvidas como unidades da UEMG.

QUESTÃO 28:

Nos termos do Estatuto da UEMG, integram a instituição, além do *Campus* de Belo Horizonte, os seguintes *campi* regionais, **EXCETO**:

- a) Abaeté, Bom Despacho e Brasília de Minas.
- b) Campanha, Carangola e Diamantina.
- c) Divinópolis, Ituiutaba e Lavras.
- d) Passos, Patos de Minas e Varginha.

QUESTÃO 29:

NÃO se incluem entre os órgãos básicos de ensino, de pesquisa e de extensão previstos no Estatuto da UEMG:

- a) as Unidades Universitárias.
- b) os Departamentos.
- c) os Institutos.
- d) os Colegiados de Curso.

QUESTÃO 30:

No que se refere à educação superior, são normas da Lei n.º 9.394, de 20-12-96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), **EXCETO**:

- a) Os cursos seqüenciais por campo de saber são abertos apenas a candidatos diplomados em cursos de graduação.
- b) Os cursos de graduação são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.
- c) Os cursos de pós-graduação, que compreendem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.
- d) Os cursos de extensão são abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

QUESTÃO 31:

Na educação superior, é o seguinte o número mínimo de dias de trabalho acadêmico efetivo, no ano letivo regular, independente do ano civil, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver:

- a) 100.
- b) 120.
- c) 160.
- d) 200.

QUESTÃO 32:

Os diplomas expedidos pelas universidades serão registrados:

- a) por elas próprias.
- b) em órgãos indicados pelo Conselho Nacional de Educação.
- c) em órgãos do Ministério da Educação.
- d) pelo Conselho Estadual de Educação.

QUESTÃO 33:

NÃO se inclui entre as atribuições asseguradas às universidades:

- a) estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.
- b) estabelecer as diretrizes gerais para a elaboração dos currículos dos seus cursos e programas.
- c) fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio.
- d) elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes.

QUESTÃO 34:

Nos termos da Lei n.º 869, de 5-7-52 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais), o servidor público poderá, sem prejuízo do vencimento, remuneração ou qualquer outro direito legal, faltar ao serviço por até oito dias consecutivos, pelos seguintes motivos, **EXCETO**:

- a) falecimento do cônjuge.
- b) casamento.
- c) doença em pessoa da família.
- d) falecimento de filhos, pais ou irmãos.

QUESTÃO 35:

NÃO se inclui entre as proibições dirigidas ao servidor público estadual:

- a) retirar sem prévia autorização competente qualquer documento ou objeto da repartição.
- b) levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo.
- c) fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição.
- d) participar de gerência ou administração de empresa comercial ou industrial fora dos casos expressos em lei.

QUESTÃO 36:

NÃO são considerados como de efetivo exercício, para efeito de aposentadoria, promoção e adicionais, os dias de afastamento do servidor público estadual em virtude de:

- a) licença para tratar de interesses particulares.
- b) júri e outros serviços obrigatórios por lei.
- c) exercício de funções de governo ou administração em qualquer parte do território estadual, por nomeação do Governador do Estado.
- d) licença à servidora gestante.

QUESTÃO 37:

Em relação a temas da atualidade, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A Conferência Rio+10, realizada em setembro deste ano, em Johannesburg, teve o objetivo de discutir o crescimento econômico sem a degradação do meio ambiente.
- b) O governo dos Estados Unidos recusa-se a ratificar o Protocolo de Kyoto, em razão de interesses econômicos.
- c) O Fundo Monetário Internacional, em acordo firmado recentemente, emprestará ao Brasil US\$ 30 bilhões.
- d) A maioria dos eleitores no Brasil é formada por homens.

QUESTÃO 38:

O instrumento jurídico apropriado para assegurar ao cidadão o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registro ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, é:

- a) o *habeas corpus*.
- b) o mandado de injunção.
- c) o *habeas data*.
- d) a ação civil pública.

QUESTÃO 39:

São atribuições constitucionais do Presidente da República, **EXCETO**:

- a) escolher o presidente da Câmara dos Deputados.
- b) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- c) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- d) exercer o comando supremo das Forças Armadas.

QUESTÃO 40:

A lei que fixa limites de gastos para os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo e prevê sanções para quem der causa a seu descumprimento é conhecida como:

- a) Lei Eleitoral.
- b) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) Lei Rita Camata.
- d) Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

ATENÇÃO

COM SUA ESCRITA HABITUAL, TRANSCREVA, PARA O ESPAÇO RESERVADO PELA COMISSÃO, NA FOLHA DE RESPOSTA, A SEGUINTE FRASE:

“O setor de telecomunicações tende a crescer e a aumentar sua influência na economia mundial.”